

**Artigo****A laicidade escolar para além dos muros: abordagem comparativa da prática profissional na escola secundária****School laicity beyond school walls.****A comparative approach to professional practices in secondary school****Laicismo escolar extramuros. Un enfoque comparativo de las prácticas profesionales en la universidad y la escuela secundaria****Anne-Claire Husser^{1*}, Émilie Pontanier^{2**}**

Universidade Claude Bernard Lyon 1, Laboratório ECP, França*, Universidade de La Réunion, Laboratório DIRE, França**

Resumo

O artigo analisa as formas de implementação da laicidade escolar "para além dos muros" da escola, no contexto de estudos do meio (saídas, passeios e viagens escolares) que representa uma mudança no quotidiano dos alunos. Neste artigo, situações implicando a religião serão analisadas levando em consideração a forma como são caracterizadas pelos profissionais de educação nas escolas públicas do ensino secundário (Ensino Fundamental II e Ensino Médio). Por marcarem uma ruptura com as práticas estabelecidas nas escolas e com a unidade de lugar, os estudos do meio são um importante ponto de referência para uma interpretação espacial da laicidade escolar. As viagens e passeios escolares confrontam as equipes educativas com a questão da articulação das liberdades religiosas e da laicidade de uma forma mais frontal do que na vida escolar quotidiana. Neste aspecto, buscou-se determinar se existiam diferenças significativas entre as estratégias dos profissionais e a sua lógica de ação nas escolas de ensino fundamental II e de ensino médio (em função da idade dos alunos, das especificidades funcionais destes níveis de ensino ou dos hábitos profissionais) ou se as situações e o respectivo tratamento eram homogêneos nos dois ciclos de ensino ou se variavam mais significativamente de acordo com o perfil sociológico das escolas.

¹ Docente em filosofia da educação no Instituto Superior de Educação e Formação de Lyon (Institut supérieur du professorat et de l'éducation de l'académie de Lyon), membra do laboratório Educação Culturais Políticas (ECP). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9685-8460>; E-mail: anne-claire.husser@univ-lyon1.fr

² Docente em sociologia no departamento de ciências sociais, faculdade de artes e humanidades (FLSH) da universidade de La Réunion, membro do laboratório Movimento, Identidade, Olhar, Escrita (DIRE). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1123-9039>; E-mail: emilie.pontanier@univ-reunion.fr

Abstract

The article studies the implementation of school laicity "beyond the walls of the school, as regards pedagogical outings and day trips. It analyses the situations linked to religion and the way they are characterized by the professionals of public secondary schools. As they constitute a break with the established practices within the schools as well as with the place unity, a major frame of reference for the common spatial interpretation of school secularism, school outings and trips confront educational teams with the question of the articulation of religious freedoms and secularism in a more frontal way than is the case in the daily life of the school. In this respect, the authors attempted to determine whether there were significant differences between the strategies of professionals and their logic of action in middle school and high school (due to the age of the students, the ways of functioning of these levels of education or professional habits) or whether the situations and their treatment were homogeneous in the two cycles of high school or varied more significantly according to the sociological profile of the schools.

Resumen

El artículo estudia las modalidades de implementación de la laicidad escolar "fuera de los muros" de la escuela, en el contexto de salidas y viajes de estudios. Se propone analizar situaciones relacionadas con lo religioso y la forma en que son caracterizadas por profesionales de la educación en colegios y escuelas secundarias públicos. En la medida en que marcan una ruptura con las costumbres establecidas dentro de los recintos de los establecimientos así como con la unidad de lugar, referente mayor para una espacialización de la lectura de la laicidad escolar, las salidas y los viajes escolares confrontan a los equipos educativos con la cuestión de la articulación de las libertades religiosas y del laicismo de una manera más frontal que en la vida escolar cotidiana. Al respecto, las autoras buscaron determinar si existían diferencias significativas entre las estrategias de los profesionales y su lógica de actuación en el colegio y el instituto (debido a la edad de los alumnos, a las especificidades funcionales de estos grados de enseñanza o los "habitus" profesionales) o si las situaciones y su tratamiento resultaban homogéneos a lo largo de los dos ciclos de educación secundaria o variaban más significativamente según el perfil sociológico de los establecimientos.

Palavras-chave: Laicidade, Religiões, Ensino secundário público, Ética profissional no ensino, estudo do meio.

Keywords: laicity, religions, secondary public education, professional ethics in education, outings and day trips.

Palabras clave: Laicidad, Religiones, Educación secundaria pública, Ética profesional en la docencia, estudio del medio ambiente.

1. Introdução

No que diz respeito às instituições políticas, a França e o Brasil enquadram-se ambos num sistema de separação entre a Igreja e do Estado. Contudo, as consequências desta separação no nível escolar são bastante diferentes devido, por um lado, aos respectivos graus de secularização da sociedade francesa e brasileira e, por outro, à cultura profissional dos professores. Ao contrário da escola pública brasileira, cuja relação com as religiões não está sujeita ao enquadramento regulamentar e não constitui uma questão de debate público (VALENTE, 2018, p.8-10), a escola francesa é

fortemente regulamentada pelo princípio da neutralidade religiosa, que constitui simultaneamente uma obrigação legal imposta ao pessoal docente, um aspeto da sua cultura profissional e um conteúdo pedagógico como componente da laicidade.

Desde o final da década de 1980, marcada por uma série de conflitos em torno do uso do véu nas escolas e por violentas controvérsias sobre o significado da laicidade (GAUDIN, 2018), o aparelho jurídico referente à gestão das religiões nas escolas foi alargado com a promulgação da lei de 2004 que proíbe o uso de símbolos conspícuos por parte dos alunos e pela jurisprudência administrativa que tende a reforçar uma visão da escola como espaço de neutralização da religião (HENNETTE VAUCHEZ, 2017). Esta evolução a nível jurídico acompanha, mais do que atenua, as divergências ideológicas, opondo em debate público os apoiantes da laicidade rigorosa e os apoiantes da laicidade transigente ou, nas palavras de Cécile Laborde, os "republicanos clássicos" e os "republicanos tolerantes" (LABORDE, 2010, p.9-11).

Embora os professores não sejam indiferentes a estas disputas ideológicas, chegando até a contribuir com elas, as disputas não são chegam a lançar luz sobre as práticas docentes com relação à laicidade, que precisam ser colocadas em sistemas de justificação mais dependentes das concepções da profissão e dos ambientes de trabalho.

O presente estudo é a continuação de uma série de trabalhos realizados ao longo dos últimos anos sobre a laicidade escolar em França. Estes trabalhos tendem a evidenciar a existência de uma laicidade pragmática nos estabelecimentos de ensino, entendida como um conjunto de práticas implementadas no quotidiano pelos intervenientes (BOZEC, 2015; FAHRAT, 2016; VIVARELLI 2014 a e b, PONTANIER & HUSSER, 2019). Esta laicidade criada no quotidiano baseia-se, a diferentes níveis (território, escola, grupos de professores, *ethos* individual), em processos de tradução das diretivas oficiais que devem ser assimiladas no seu contexto e que possibilitam uma pluralidade de modelos normativos, por vezes opostos, justapostos e híbridos.

Embora não se incluam no quotidiano dos alunos e das equipas docentes, a pesquisa sobre os estudos do meio revela-se esclarecedora na perspectiva de compreender a forma como os professores e equipe educativa das escolas encaram os desafios da laicidade e como eles lidam com isso no contexto profissional. Enquadrados na continuidade dos projetos pedagógicos realizados nas escolas e com vista a prolongar os programas prescritos fora da sala de aulas³, estes constituem, em simultâneo, uma oportunidade de aprendizagem num âmbito menos académico e uma certa assunção de riscos para os profissionais em termos de preparação e responsabilidade.

Devido à ruptura com a vida quotidiana da escola e, igualmente, visto decorrerem para além dos muros da escola secundária, os estudos do meio representam uma zona de incerteza, tanto para alunos como para as equipas educativas.

³ De acordo com a circular n.º 2011-117 de 3/8/2011, "as deslocações dos alunos durante de passeios e viagens escolares fazem parte da missão educativa das escolas do ensino secundário".

Colocar os alunos em locais que não são espontaneamente identificados como pertencendo à jurisdição da escola⁴, pode conduzir a um esbatimento do quadro regulamentar, contudo, pode também dar origem a novos problemas para professores, conselheiros principais de educação (CPE⁵ – *Conseillers principaux d'éducation*) e diretores de escolas. Tanto no ensino fundamental II como no médio, os professores relatam situações em que são questionados pelos alunos quanto à possibilidade de uso do véu num passeio. Noutros casos, usam-no por desconhecimento da regra ou para "testar" os professores⁶. É também possível que os próprios professores estejam inseguros quanto à conduta a adotar, seja por causa de questões éticas ou, mais raramente, porque não estão familiarizados com o enquadramento em vigor.

Uma professora de educação física relata as dificuldades práticas que enfrentou devido à presença de uma aluna que usava um *jilbab* durante uma excursão, explicando que não tinha sido capaz de a proibir, com receio que ela "fosse reprimida" (GT-13-GA-ES-EPS-1) pela diretora da escola que havia instruído as equipes educativas a não provocarem qualquer agitação relacionada com a laicidade. Embora isto não represente uma ocorrência frequente, diversos professores afirmam estar conscientes do desconforto sofrido pelas jovens que habitualmente usam véu por se sentirem demasiado expostas aos olhares em público, especialmente durante as deslocações na vizinhança (LGT-92-PB-GA-Doc).

No contexto das viagens pedagógicas, este problema espacial está também associado a um problema temporal, visto que a jurisdição da escola pode sobrepor-se significativamente ao tempo privado dos alunos, tornando a conciliação do respeito pela liberdade religiosa e as exigências da laicidade escolar ainda mais delicada⁷.

Ao concentrarmo-nos especificamente nas situações dos passeios escolares referidas nas entrevistas do "corpus" ReDISCO⁸, procuramos compreender sob que formas, habituais ou inéditas, o pessoal docente se depara

⁴ Quanto à questão da delimitação do espaço escolar e do espaço público, e respetivos efeitos de limiar, remetemos para os artigos de Philippe Foray e Samia Langar na edição 36.^a da revista *Recherches en éducation*: "Frontières de l'école, frontières dans l'école: enjeux politiques, défis éthiques" (Foray 2019; Langar 2019) e o artigo de J. Gautherin, "Quand la frontière est bien tracée...." (Gautherin 2005).

⁵ Ao lado dos diretores das escolas, os conselheiros principais de educação têm a responsabilidade de garantir que a vida escolar decorra sem problemas nas escolas secundárias. São responsáveis por estabelecer a ligação com as famílias, controlar as equipes de supervisão e possuem ainda missões pedagógicas relacionadas, nomeadamente, com a educação para a cidadania (formação de representantes das turmas, apoio aos alunos que participam em conselhos da vida escolar [CVC], combate à discriminação e ao assédio).

⁶ "Temos uma aluna que tentou ocasionalmente usar o véu", afirma um professor de literatura e história de uma escola profissional, "ela compreendeu imediatamente que não o podia fazer e não colocou qualquer problema. [...] Uma colega disse-lhe que não devia usar o véu. Ela respondeu que sim e tirou-o. Isto ocorreu no início do ano. Tentou testar a reação, viu que os professores estavam a par da regra e não contestou" (LG-69-GA-CU-LH). Numa outra escola secundária, um professor de educação física relatou que, durante uma viagem de escalada, duas jovens encarregues da arbitragem levaram os seus véus porque "não tinham percebido que as regras da escola também se aplicavam naquele contexto" (LG-69-GA-FA-EPS).

⁷ Este artigo não teria sido traduzido sem a gentil ajuda de Gabriela Valente. Agradecemos-lhe pela sua assistência.

⁸ A recolha de dados baseia-se num estudo nacional e internacional intitulado religiões, discriminação, racismo nas escolas: <https://redisco.hypotheses.org>

com questões relacionadas com a religião, a forma como caracteriza estas situações, as lógicas de ação que utiliza e os recursos que mobiliza para dar resposta. Procuramos ainda determinar se existiam, neste âmbito, diferenças significativas entre as escolas de ensino fundamental II e de ensino médio (em função da idade dos alunos, das especificidades funcionais destes níveis de ensino ou dos hábitos profissionais) ou se as situações e o respectivo tratamento eram homogêneos nos dois ciclos de ensino ou se variavam mais significativamente de acordo com o perfil sociológico das escolas.

2. Enquadramento teórico, metodológico e "corpus"

As análises seguintes enquadram-se numa abordagem abrangente e pragmática do aspeto social de acordo com a teoria de Boltanski e Thévenot (1991) das "economias da grandeza". Focam-se na lógica de ação que orienta os atores sociais e nos significados que atribuem às situações com que se deparam (COULON, 1993; HUGHES, 1996). O guia de entrevista semi-diretivo é criado a partir de uma perspectiva descritiva. Tende a destacar, embora não exclusivamente, os momentos de prova, ou seja, situações complexas que representaram um desafio para os profissionais em relação a "situações associadas à laicidade e às religiões". As entrevistas recolhidas foram alvo de uma análise categórica dos conteúdos (BARDIN, 2001). O nosso "corpus" é constituído por 49 entrevistas, que descrevem 76 situações relacionadas com os estudos do meio.

No ensino fundamental II, foram registadas 35 situações, divididas por oito escolas com classificação REP ou REP+ (Rede de educação prioritária⁹) e três escolas sem classificação nas regiões de Aix-Marselha, Lyon-Grenoble, Nantes, Paris e Versalhes. Dos 19 profissionais inquiridos, contamos com quatro conselheiros principais de educação, quatro professores/as de história e geografia, três professores/as de francês, três professoras de inglês, um professor de educação física, uma professora de matemática, um professor de física, um professor de educação musical e uma diretora de uma escola secundária.

A pesquisa no ensino médio baseia-se na análise de 41 situações, resultantes de 30 entrevistas efetuadas em 26 escolas. Treze escolas secundárias de ensino geral e tecnológico, cinco escolas polivalentes, quatro escolas de ensino geral e quatro escolas profissionais situadas nas regiões de Aix-Marselha, Lyon-Grenoble, Paris-Versalhes e Estrasburgo (17 escolas do tipo "misto", sete escolas classificadas como "política urbana" ou "zona sensível" e duas escolas do tipo "central"). Dentre os 30 profissionais entrevistados, contamos com cinco diretores, quatro CPE (Conselheiros principais de educação) e 21 professores. Eles foram os únicos que abordaram o tema dos estudos do meio como objeto de interrogação. Trata-se de três professores de história e geografia (no ensino geral e tecnológico, LGT - *lycée général et technologique*), três professores de línguas (geral, LG - *lycée général*), três professores de economia e gestão (na escola profissional, LP - *lycée*

⁹ Trata-se de estabelecimentos cujos alunos pertencem a categorias socioeconómicas menos favorecidas e que se enquadram numa política pública compensatória (mais recursos humanos e financeiros, parcerias específicas, etc.).

professionnel), dois professores de literatura e história (na LP), dois professores de educação física (um no LGT, outro na LP), dois professores de ciências (LGT), uma professora documentalista (LPO), um professor de ciências económicas e sociais (LG), um professor de matemática (LGT), uma professora de economia (LPO) e uma professora de literatura e espanhol (LPO).

Das 76 situações estudadas, 55 podem ser consideradas como favoráveis do ponto de vista dos profissionais entrevistados (25 em 34 no ensino fundamental II e 29 em 41 no ensino médio). Estes 55 casos comprovam uma gestão bastante fluida das questões religiosas por parte do pessoal educativo, baseada numa posição deontológica explícita, numa cultura comum partilhada ao nível da escola, em práticas estabelecidas noutras áreas da vida escolar e transpostas para o contexto dos passeios ou ainda numa forma de inventividade pragmática. Embora a preocupação de respeitar os regulamentos seja perceptível nestes relatos profissionais, os entrevistados também demonstraram acomodações "quase naturais" que não são necessariamente encaradas como contrárias ao espírito da laicidade.

Em contraste com estes resultados maioritariamente "positivos", 21 das 76 situações analisadas (9 em 34 nas escolas de ensino fundamental II e 12 em 41 nas escolas de ensino médio) resultaram em impasses e, por vezes, em verdadeiros desafios profissionais para os entrevistados visto que os seus esforços não permitiram chegar a um acordo com os alunos ou as suas famílias.

3. Laicidade pragmática: entre acordos devidamente estabelecidos e a procura por soluções sob medida

No contexto dos estudos do meio, levar em consideração a expressão das filiações religiosas dos alunos ou quaisquer pedidos baseados na fé é, como vimos, algo bastante específico e que dá origem a situações inesperadas em relação ao dia-a-dia da vida escolar: o uso de símbolos religiosos em espaços públicos pelos alunos, atitudes potencialmente inadequadas por parte dos alunos durante as visitas a locais de culto ou durante espetáculos de teatro, restauração fora do estabelecimento, alojamento com famílias de acolhimento. Tendo em conta as entrevistas efetuadas, a gestão destas situações não é geralmente problemática, principalmente graças à antecipação por parte das equipas educativas e à comunicação com alunos e famílias, especialmente no ensino preparatório. Esta lógica de antecipação é também congruente com a política ministerial de promoção de uma pedagogia de laicidade para alunos e profissionais (BIDAR, 2012). Mais recentemente, esta política traduziu-se na publicação de um *vade-mécum* sobre a laicidade nas escolas, destinado a responder às várias questões práticas que as equipas educativas podem enfrentar no âmbito da sua implementação¹⁰, bem, como na implementação de

¹⁰ Este *vade-mécum* não dedica uma entrada específica aos passeios escolares, embora lhes faça referência noutros pontos: ponto 5 "Em que situações se aplica o artigo L.141-5-1 do código da educação francês?", ponto 8 "contestação dos conteúdos de ensino", ponto 9 "recusa em participar numa atividade escolar", mas não no ponto sobre as refeições, que refere apenas as cantinas. No ponto 9, o *vade-mécum* refere ainda que "qualquer visita ou aula que envolva factos religiosos deve ser previamente preparada, de modo a antecipar esta situação" (FRANCE MEN, 2018 p.38). Apesar de indicar práticas prudentes e recordar a legislação, devemos salientar que o *vade-mécum* foi publicado após o nosso período de inquérito.

um protocolo para a denúncia de "violações do princípio da laicidade"¹¹ (BATTAGLIA e COLLAS, 2016).

O esforço de antecipação dos professores não consiste apenas em prevenir possíveis incidentes, mas também em envolver os alunos e as famílias no projeto pedagógico do estudo do meio e remover quaisquer obstáculos que as suas filiações religiosas possam gerar a este respeito.

3.1 Visitas a locais de culto: os estudos do meio que exigem maior preparação com vista a eliminar possíveis resistências

Aparentemente, de acordo com os professores, a recusa dos alunos em entrar nos locais de culto é uma situação cada vez mais rara: foram apenas 2 casos registados entre as 75 situações descritas.

“Há alguns anos, quando os professores de história e geografia faziam visitas relacionadas com arquitetura, iam frequentemente à catedral de La Major”, explica uma conselheira principal de educação: “os jovens costumavam recusar-se a entrar na igreja, mas atualmente isso já não acontece. Digo-lhes: “não vão entrar num local de culto, vão descobrir arquitetura”. “Pois é, professora, tem razão, posso ir”. (CLG-13-GA-LA-CPE-REP+).

A mobilização da distinção entre o cultural e o religioso para convencer os estudantes acerca da legitimidade de visitar uma igreja, um templo, uma sinagoga ou uma mesquita é um reflexo amplamente partilhado pelo corpo docente. No ensino fundamental II, de acordo com os entrevistados, esta explicação é sistematizada no momento de preparação de um passeio, tendo-se tornado um hábito que parece ter contribuído bastante para prevenir incidentes. No ensino médio, onde esta preparação não é tão automática, os professores relatam algumas recusas imprevistas em entrar nos locais de culto, sendo por vezes obrigados a lidar com a situação no momento, tentando evidenciar o valor patrimonial deste tipo de visita, o que pode ser compreendido no retorno à escola:

“Fui falar com a diretora da escola quando voltámos do passeio”, relata uma professora de literatura e história, “discutimos o assunto, ela recebeu individualmente os alunos que se tinham recusado a participar na visita e estes reconheceram que se tratava de um comportamento inadequado (...). Era apenas um passeio cultural, nada relacionado com a religião, até porque

¹¹ De acordo com o Ministério da Educação, haviam sido registadas 150 “violações do princípio da laicidade” em dezembro de 2015 pelas equipas educativas, sem que a natureza das violações tivesse sido especificada. Em 2018, o ministro Blanquer indicou existir mil casos relatados, 400 dos quais processados entre abril e junho de 2018, principalmente relacionados com o vestuário dos estudantes ou com a recusa em participar em determinadas atividades. Cf. “400 cas d’atteintes à la laïcité à l’école traités entre avril et juin”, artigo publicado no website da BFM TV em 11/10/2018, disponível em <https://www.bfmtv.com/societe/400-cas-d-atteintes-a-la-laicite-a-l-ecole-traites-entre-avril-et-juin-1542198.html>

somos uma escola pública. O objetivo era apenas no âmbito artístico, sendo que tinham que tirar fotografias (...) e então compreenderam. Até me lembro de um aluno que, seis meses depois, veio me dizer: "Professora, fui a uma igreja, onde tinha um guia. Eu pedi para ele me explicar algumas coisas, fiquei duas horas com ele e aprendi muita coisa!" (LP-13-GA-GA-LH)

A discussão individual surge como um recurso ideal para eliminar a resistência potencialmente resultante de um efeito de grupo, oferecendo ao aluno um enquadramento seguro no qual ele pode se distanciar da sua atitude inicial sem correr o risco de perder credibilidade junto dos seus colegas.

3. 2 Uso de símbolos religiosos

Fora da escola, é por vezes necessário relembrar a proibição de usar símbolos perceptíveis, contudo, na maioria das vezes, isso não parece conduzir a qualquer conflito. Durante um passeio ao memorial de Shoah, uma professora de matemática explicou a um aluno que lhe pediu para usar o seu quipá que não se encontrava naquele local como judeu, mas sim como aluno de uma escola preparatória pública (CLG-91-PB-KA-Ma), uma distinção que salienta a diferença entre o aspeto religioso e cultural das visitas aos locais de culto. Geralmente, os alunos aceitam as explicações dos professores quando estes os informam de que o regulamento em vigor nas escolas também se aplica no âmbito dos estudos do meio organizados à sua responsabilidade:

"Durante um passeio com os professores, você está no contexto da escola", lembra um professor de matemática a uma aluna que queria usar o seu lenço, "- A sério", responde a aluna. "- Sim". Penso que é simples de compreender. A situação foi resolvida em três minutos, não houve mais problemas". (LGT-13-GA-ES-Math-3).

Embora a recusa de cumprimento seja rara (voltaremos a estes casos no ponto 3.1), é muito mais comum que os estudantes do ensino médio não compareçam no passeio quando os professores os avisam antecipadamente de que não podem usar os seus símbolos religiosos, especialmente no caso de estudos do meio opcionais.

Além disso, este absentismo conduz alguns professores a uma situação de tolerância de fato durante os passeios, ou a uma renúncia explícita quanto à aplicação da regra: "nós sabemos", explica um professor de ciências, "que muitas das alunas não participarão no passeio se as proibirmos de usar o véu e o objetivo continua a ser a abertura". Ele autoriza assim duas alunas à usarem os seus hijabs durante um estudo do meio, tendo-o justificado pelo interesse pedagógico desta excursão para estas jovens que nunca tinham saído de Marselha: "geologicamente, é algo que as beneficia, porque deixam de ver da mesma forma (...) penso que o benefício é muito maior do que dizer-lhes "não quero que venha porque usa véu e, assim, estaria limitando-as ao seu contexto" (LGT-13-GA-ES-SVT-1). Forçado a decidir entre duas exigências em conflito, o respeito pelo enquadramento da laicidade nas escolas e a exigência de abertura cultural que, por si só, parece ser uma condição para a emancipação associada ao ideal laico, o professor legitima a sua decisão considerando os efeitos nocivos

de uma aplicação rígida da lei. Neste caso, encontramos a abordagem consequencialista à laicidade, destacada pelo trabalho de Clémentine Vivarelli com base no seu inquérito em Estrasburgo (VIVARELLI 2014 a e b) O professor mantém-se do lado de uma ética da responsabilidade, e não de uma ética da convicção, recorrendo à terminologia de Weber (WEBER 1959).

Em alguns casos, estas derrogações são sistematizadas em virtude de uma prática tacitamente estabelecida na escola, que parece ser consensual, como nesta escola de ensino médio geral e tecnológico, onde esta prática é descrita como uma espécie de "opção da escola": "creio que é algo que se costuma fazer", explica o professor documentalista, "é normal para nós, nem nos questionamos mais" (LGT-92-PB-GA-Doc). Noutros casos, as derrogações são, por assim dizer, obtidas caso a caso, levando em consideração a situação individual dos alunos e de suas famílias. Por exemplo, uma conselheira de educação principal relata como "brigou" com as mães de três alunas que não deixavam as suas filhas participar a uma viagem para a Bélgica, e como finalmente cedeu ao pedido de uma delas:

[a mãe disse-me:] Deixo a minha filha participar na viagem, mas com uma condição: terá de a deixar usar o véu em Bruxelas. " Isto me causou um problema! Um enorme problema de consciência. Em termos concretos, não! Mas, no fundo, deixei que acontecesse. Para mim, o mais importante era que a aluna fosse na viagem. Ela queria mesmo participar na viagem, e pôde fazê-lo. Aceitei que usasse o véu durante a viagem, enquanto estivemos em Bruxelas. Não o usou sempre, mas talvez em três quartos da viagem (LPO-93-PB-PI-CPE-1).

A preocupação com os interesses dos alunos, ou seja, o seu direito a beneficiar do máximo de experiências culturais que a escola possa oferecer, prevalece aqui sobre o respeito pela lei.

Por sua vez, ao nível do ensino médio, a pesquisa revelou dúvidas mais explícitas sobre o valor da aplicação da lei, ou seja, da proibição do uso símbolos religiosos nos estudos do meio: diversos professores mostraram-se relutantes quanto ao policiamento do uso de símbolos *a fortiori* fora da escola: "a partir de quantos centímetros serão considerados véus? ", questiona um professor de história e geografia. "Há claramente lenços que são substitutos de véus, mas na realidade, não me parece ser o caminho correto a seguir" (LPO-93-PB-Pi-HG-1). O docente sublinhou a natureza contraproducente do excesso de vigilância dos professores no que diz respeito aos símbolos, correndo o risco de "antagonizar os alunos" em vez de os fazer compreender "o espírito da laicidade".

Quando justificam a tolerância do uso do véu nos passeios, os professores são também levados a minimizar a questão do uso de um símbolo perceptível, enfatizando o fato de isso fazer parte de uma dinâmica de afirmação da personalidade dos adolescentes "em oposição aos seus pais" europeizados (LGT-92-PB-GA-EcoG-1), das boas relações da equipe educativa com a família ou da moda do uso do véu pelas jovens meninas, comprovando assim a fé vivida de uma forma não fundamentalista (LGT-69-GA-CO-CPE-3). Valorizam também soluções que propõem um equilíbrio, como o uso de um chapéu, de uma bandana ou de um xale como espécie de véu alternativo.

Conforme é possível constatar através destes diferentes exemplos, embora a gestão dos símbolos religiosos nos estudos do meio seja frequentemente descrita como não sendo um problema, esta situação revela tratamentos bastante contrastantes: Uma primeira configuração inclui as situações nas quais os alunos aceitam facilmente renunciar aos seus símbolos religiosos com base numa explicação mínima que interliga os passeios ao enquadramento habitual da laicidade escolar, como se o desejo de os usar fosse, no fundo, um simples mal-entendido. No segundo caso, as equipas educativas chegam a um acordo, de forma mais ou menos explícita, geralmente sem a necessidade de um conflito real com os alunos ou com as suas famílias. Estas acomodações¹² indicam uma abordagem pragmática à laicidade, mas podem também estar relacionadas com uma resistência à lei de 2004, em consonância com a posição de republicanismo crítico, conforme definido por Cécile Laborde (2010). Como veremos mais adiante, os professores permanecem em grande parte interligados ao enquadramento republicano de promoção da autonomia dos alunos.

Para além das convicções pessoais dos professores, as características da escola também desempenham aqui um papel: nesta questão do uso de símbolos, o recurso a acomodações é mais frequente no ensino médio do que no ensino fundamental II. A lógica doméstica¹³ é predominante nas redes educativas prioritárias e nas escolas de ensino médio profissional. Encontra-se também presente nas escolas de ensino médio favorecidas economicamente, embora seja a lógica liberal¹⁴ seja mais presente nestas escolas.

3. 3 Relativamente à alimentação: "adaptamo-nos"

Ter em conta as restrições alimentares relacionadas com as crenças religiosas dos alunos é uma preocupação importante para os organizadores de passeios e viagens escolares. A experiência da gestão de uma pluralidade de dietas alimentares nas cantinas contribui para a desdramatização da procura de acomodação religiosa (Papi, 2012). As equipas educativas estabelecem frequentemente uma equivalência entre prescrições religiosas, convicções seculares (vegetarianismo e veganismo) e problemas de saúde (intolerância ao glúten, a amendoins, etc.).

Quando se trata de um passeio escolar sem pernoite, os professores, cada vez mais, optam pelo piquenique individual, o que lhes permite evitar a gestão das dietas especiais dos alunos. Esta solução individual pode também ser viável no caso de viagens de estudantes do ensino médio, uma vez que podem desfrutar de mais liberdade durante os horários das refeições. Por

¹² Ao utilizar o termo "acomodação" pretendemos indicar uma certa convergência entre as adaptações pragmáticas ao contexto da laicidade observadas durante o nosso inquérito e as que podem dar origem ao regime das "acomodações razoáveis" como no Canadá. Contudo, salientamos que para além das diferenças regulamentares existentes entre a laicidade escolar na França e a laicidade escolar no Quebec, a legislação francesa, ao contrário da legislação canadense, não torna estas acomodações obrigatórias.

¹³ A lógica doméstica é uma categoria de Boltanski e Thévenot (1991) que indica que a ação é justificada por um lado pela proximidade dos laços sociais entre os atores e, por outro, por uma tradição.

¹⁴ A lógica liberal é uma categoria de Gautherin (2005) que indica que a ação é justificada por privilegiar o indivíduo, as liberdades e os direitos individuais.

exemplo, durante uma viagem à Grécia, os alunos que o pretendessem podiam comer halal (LP-13-GA-Co-Ang).

Quando as refeições se inserem num contexto coletivo, os restauradores, que estão cada vez mais habituados a satisfazer as diversas demandas da clientela, são aliados valiosos: "No geral, os cozinheiros [em pousadas, hotéis, restaurantes] começam a se habituar. Os cozinheiros são bastante engenhosos, encontram sempre algo para fazer" (CLG-13-GA-TA-F-1 (REP+)).

Na maioria dos casos, não se trata tanto de os professores introduzirem menus halal ou kosher¹⁵ neste contexto, mas sim encontrar uma via intermédia entre a oferta de alimentos baseados na fé e a imposição das normas alimentares em vigor. Constatando uma tendência crescente dos alunos muçulmanos para evitar a carne não halal, algo que pode ser explicado pela crescente oferta de produtos baseados na fé e a sua presença em massa nos supermercados (BERGEAUD-BLACKER, 2017; TORREKENS, 2012), as equipas educativas têm o cuidado de oferecer aos adolescentes proteínas alternativas (peixe, ovos, soja), com o objetivo de permitir que todos os alunos partilhem a mesma refeição ou, pelo menos, a mesma mesa, evitando a fragmentação do grupo com base religiosa: "o objetivo da viagem não era meramente cultural", explica um professor de inglês, "havia o lado cultural, mas também o lado do convívio e da partilha" (LP-13-GA-Co-Ang).

3. 4 Situações associadas ao alojamento: as agências de viagens como recursos

No âmbito das viagens escolares, o alojamento dos alunos pode ser motivo de preocupação devido às crenças religiosas das famílias, uma preocupação que muitas vezes surge aliada a preocupações com as garantias morais da viagem.

"O facto de viver ou residir com alguém que não possui a mesma cultura, religião ou práticas religiosas", explica um professor de um ensino médio geral e tecnológico, "representa um entrave enorme. Se não encontrarmos as mesmas famílias que eles... Vão embora" (LGT-92-PB-GA-P).

Acostumadas a lidar com pedidos religiosos no setor privado, as agências encarregadas da organização de viagens escolares desempenham frequentemente um papel decisivo, visto serem capazes de propor famílias de acolhimento escolhidas de acordo com a respectiva orientação religiosa. Utilizar este recurso pode ser uma forma de retirar um dos obstáculos apresentados pelos alunos, sem interferir diretamente na implementação de acomodações que, embora não sejam proibidas a nível de legislação, não são objeto de uma

¹⁵ Dois dos professores inquiridos (de inglês e de literatura e história) afirmam que no passado optaram pela opção de churrasco halal para todos por uma questão de simplicidade, algo que origina polémica entre colegas e por parte dos "pais de alunos franco-franceses" (CLG-44-PU-JP-Ang-01-02-HG-02). Ambos concordam que essa prática não seria possível atualmente, dada a sensibilidade do tema: "foi numa época antes desta questão dos véus" (LP-GA-38-AL-LH-2).

prescrição clara¹⁶ e podem ser entendidas pelos professores como além da sua esfera de competência. A diretora de uma escola de ensino fundamental II REP explica:

Perguntamos qual a religião das crianças e quais as suas restrições alimentares [...] São estas as informações que transmitimos [à agência que organiza a viagem] e corre tudo bem. O objetivo é a participação de todos. Uma viagem escolar é algo unificador para a turma e para o grupo (CLG-71-PU-OC-P).

Embora alguns professores demonstrassem uma sensibilidade quanto aos potenciais efeitos segregadores da repartição dos alunos por famílias em função das suas dietas, eles procuravam no entanto soluções para conciliar a participação destes na viagem com o respeito pela sua liberdade religiosa, como instruir as famílias de acolhimento a não cozinharem determinados alimentos proibidos (neste caso, carne de porco) durante a estadia.

Em princípio, esta consideração da religião diz respeito a todas as crenças, mas na prática as acomodações citadas referem-se mais frequentemente ao judaísmo e ao islamismo, o que pode ser explicado pela importância numérica das comunidades religiosas culturalmente minoritárias num país secularizado marcado pela tradição cristã.

As equipas educativas despendem muita energia para tranquilizar os pais, para que estes deixem seus filhos participar dos estudos do meio com total confiança:

"A estratégia", afirma um professor de direito de uma escola de ensino médio profissional, "era assegurar aos pais que as meninas ficariam seguras nos seus quartos durante quatro dias em um hostel. Que iríamos controlar e garantir a segurança a 200%. Era este o principal argumento. Um colega, professor de Física, foi só para acompanhar os dois meninos da turma. A organização não foi fácil! (LPO-67-GA-RO-*Droit-séculaire*).

Trata-se de dar garantias às famílias sobre a envolvimento moral da viagem (como não permitir a partilha de dormitórios no caso de alojamento coletivo ou a ausência de saídas noturnas, tudo supervisionado por uma equipa pedagógica mista), mas também de responder a pedidos mais especificamente do âmbito religioso, como garantir que os alunos terão a possibilidade de praticar determinados rituais (como a oração) ou respeitar as prescrições dietéticas da sua fé durante a estadia.

¹⁶ O "vade-mécum" referente à laicidade na escola, publicado pelo Ministério da educação francês, aproxima o caso das aulas transplantadas dos dos internatos, já previsto pela lei de 1905. Afirma simplesmente que "Devem ser asseguradas as condições da liberdade de culto, não interferindo com a liberdade de consciência de outros alunos" (FRANCE MEN, 2018: 49).

3. 5 Equipas pedagógicas inventivas

No entanto, nem todos os pedidos das famílias se resolvem com acomodações coletivas conforme acima descrito e, por vezes, as equipas educativas têm de lidar com situações específicas que envolvem tratamento caso a caso, o que pode exigir uma maior inventividade.

No que concerne o alojamento, embora a distribuição das crianças por famílias da mesma crença pareça ser uma parte do processo de organização de viagens escolares, determinados pedidos raros podem ir mais longe, estando sujeitos a uma gestão circunstancial e individualizada. Uma professora de inglês relatou, por exemplo, o caso de pais muçulmanos que não queriam que as suas filhas ficassem alojadas com famílias das quais fizesse parte um homem (aqui a religião muçulmana, a moralidade e a recusa do convívio estão associadas): "Contatei a agência e expliquei-lhes que, de entre todos os contatos de famílias que possuem, esta aluna em particular não podia ficar numa casa onde haja um homem. E há muitos, de fato" (CLG-75-GA-SE-Ang).

Outro obstáculo à participação de alunos de famílias religiosas nas viagens pode estar também relacionado com o receio dos pais quanto ao cumprimento dos rituais associados à alimentação. Um professor de história e geografia de uma escola de ensino fundamental II relatou como tinha convencido os pais de uma aluna judia a permitir que a sua filha participasse na viagem, preparando refeições kosher e transportando-as na sua mala durante toda a viagem (CLG-75-GA-SE-HG).

Estes dois exemplos demonstram a vontade de alguns professores em promover uma laicidade inclusiva, com base na consideração das preocupações religiosas das famílias. Para estes professores trata-se, principalmente, de garantir que nenhum aluno seja deixado de fora devido à indiferença da escola para com os problemas das minorias, mas a acomodação assenta também na preocupação de manter uma boa relação com as famílias e de desconstruir a imagem de uma laicidade intolerante ou rígida.

4. Incidentes e desafios

Embora as situações mais frequentes, tal como vimos, tenham um resultado feliz de acordo com os entrevistados, a gestão da religião no contexto dos estudos do meio pode também conduzir a impasses, vividos de forma mais ou menos dolorosa pelas equipas educativas. Dependendo do grau de problemática expresso, qualificaremos estas situações como "incidentes" ou "desafios", sendo que os primeiros se referem a uma pequena perturbação da atividade, enquanto os segundos indicam uma maior dificuldade para os profissionais, vivida de forma mais sofrida. Apesar da sua raridade, o relato destas situações é particularmente revelador da leitura feita pelos profissionais das situações e das lógicas de ação mobilizadas.

Entre estas situações figuram, inicialmente, as expressões persistentes do carácter religioso sob formas explícitas ou até mesmo ostensivas. Analisadas de várias formas, desde a provocação ao proselitismo, são frequentemente descritas como incidentes. O segundo tipo de impasse consiste na não participação dos alunos num passeio ou viagem devido à impossibilidade de chegar a um acordo com estes últimos ou com as suas famílias.

4.1 Expressões religiosas explícitas e atitudes de proselitismos

Os professores afirmam sentir-se impotentes, quando confrontados com a recusa persistente por parte de uma aluna quanto à remoção dos seus símbolos religiosos: "recordo-me de alguns passeios em que pedimos a algumas meninas para removerem os seus véus. Elas não queriam, então pedíamos uma vez, duas e acabávamos por desistir..." (LGT-92-PB-GA-Doc). "O que podemos fazer nesta situação? Não podemos obrigar", relata uma professora de literatura sobre uma aluna que, durante um passeio ao teatro, passou o tempo todo colocar de volta o seu véu, apesar das chamadas de atenção por parte dos responsáveis (LGT-69-PB-MA-FR). "Fazer um relatório" continua a ser a última opção disponível para o cumprimento da ordem, mas não é uma opção que deixa os professores satisfeitos.

Por outro lado, é também possível que responsáveis do passeio se vejam sobrecarregados pela sua própria tolerância, conforme relata um professor de ciências:

No ano passado fomos um pouco... Dissemos-lhes que podiam [trazer os seus véus], mas o problema era que os colocavam sempre: à mesa, desde que se levantavam, o tempo todo, e nos causou um problema. (...) isso nos fez sentir desconfortáveis, ver as meninas sempre com os seus véus. (...) Já sabemos como funciona o efeito de grupo, algumas colocam o véu, por isso as outras vão pensar que também o devem colocar, etc. É uma espécie de efeito de bola de neve. (LPO-93-PB-PI-SVT)

A prova vivida por estes professores esta ligada ao fato de que eles foram confrontados com as consequências não intencionais da sua própria atitude liberal: aquilo que lhes parecia inicialmente como a solução, a tolerância quanto ao uso do véu durante a viagem, leva a uma situação que os ultrapassa e os deixa desconfortáveis porque já não é um acordo (que eles queriam encorajar) mas uma pura e simples negação do enquadramento da laicidade nas escolas, inclusive, com uma forma de pressão entre alunos. Como resultado, no ano seguinte, os professores decidiram proibir explicitamente o uso do véu durante de passeios.

Muito mais excepcionais são as expressões explícitas da religião, ou seja, as manifestações de rituais que, para além do enquadramento legal da laicidade, rompem flagrantemente com as práticas comuns de uma sociedade secularizada: uma jovem se afasta os seus companheiros de quarto para fazer a sua oração com o seu tapete e vestuário "salafista" (CLG-13-GA-TA-F-1 REP+); outra faz as suas abluções em cada paragem do ônibus, e a sua oração na presença de todo o grupo (CLG-69-GA-LA-Ang). Estas duas situações causam espanto junto das equipas educativas, que descrevem a atitude das meninas como "proselitismo". No entanto, a sua descrição dos acontecimentos não fornece muitas provas de que tenham procurado influenciar ou pressionar, de alguma forma, os seus colegas. Aquilo que está mais em destaque nesta situação, sendo aquilo que choca os professores, é o questionamento da secularização como norma social decorrente deste tipo de comportamento: o modelo ao qual os docentes se referem, mesmo que implicitamente, é o de uma

prática religiosa que, se não for invisível, é pelo menos confinada à esfera privada ou mesmo íntima. Trata-se de um modelo contrastante com o qual a oração em público ou acompanhada de acessórios e gestos parece ser uma exibição pouco razoável de si mesmo (uma professora utiliza a expressão "circo" para descrever a cena a que assistiu).

Ainda que represente uma qualificação aproximada dos fatos, a categoria de proselitismo é utilizada em ambos os casos para identificar comportamentos perturbadores da ordem escolar, permitindo, se necessário, a utilização das diretivas oficiais para apoiar a decisão dos profissionais. No primeiro caso, permite à equipe pedagógica de chegar a um acordo sobre a resposta a dar a uma situação que exige a sua intervenção, em relação aos alunos expulsos do quarto pela aluna religiosa: esta última é convidada pelos docentes a fazer suas orações posteriormente, em nome do respeito pelo enquadramento da laicidade escolar, que deve garantir um "equilíbrio entre a liberdade de culto e a liberdade de consciência de todos". Nestas circunstâncias, a chamada de atenção não é considerada suficiente por todos os professores, pois foi proposta a partir de um ângulo desconhecido do contexto escolar. Trata-se de uma sugestão religiosa, baseada no conhecimento do professor de história e geografia sobre as práticas do islamismo¹⁷.

No segundo caso (orações em cada paragem do ônibus), duas professoras tentam convencer a aluna sem resultado imediato:

juntamente com a professora de espanhol, falamos com a aluna, mas infelizmente na paragem seguinte, num museu, ela fez a mesma coisa, foi esconder-se e pediu para se lavar num bar...
[...] Não foi uma provocação. Ela disse que tinha de fazer cinco orações por dia (CLG-69-GA-LA-Ang).

As professoras acabaram por conseguir que a aluna fosse discreta, especialmente na família de acolhimento - supostamente católica - com vista a "preservar a reputação" dos alunos franceses. Após esta viagem, a jovem foi denunciada por radicalização¹⁸ (o único caso de radicalização comprovada relatado no contexto da investigação ao nível do ensino fundamental II), o que foi traumático para os professores que estavam há muito tempo envolvidos no apoio a esta aluna.

4. 2 Não participação de alunos nas viagens escolares

Mais frequentes, embora igualmente desafiantes para os professores, são os casos em que os alunos não participam no passeio por sua própria

¹⁷ Na França, os professores não devem dar conselhos sobre como praticar a religião. Mas podemos ver que não é assim tão fácil abster-se.

¹⁸ Após os ataques de 2015, o Ministério da Educação lançou uma campanha para prevenir e identificar casos de radicalização, que é definida como o processo pelo qual um indivíduo se compromete com uma ideologia extremista que o leva a desafiar a ordem estabelecida e a justificar a tomada de medidas violentas. A brochura sobre a prevenção da radicalização dos jovens destinada às equipas educativas identifica assim uma série de sinais de aviso aos quais os profissionais devem estar atentos, tais como uma ruptura relacional com amigos e familiares, uma ruptura com a instituição escolar e as suas normas de funcionamento, uma mudança nos hábitos alimentares e de vestir-se, etc. (MENJ, 2018).

iniciativa ou em virtude da recusa dos pais. Como vimos, as acomodações por parte das equipes educativas foram amplamente guiadas pelo desejo de encorajar os alunos a participar dos estudos do meio, permitindo-lhes usufruir de uma forte experiência humana e pedagógica. Esta questão é particularmente evidente nas escolas de ensino fundamental II de educação prioritária, mais geralmente quando se trata de alunos provenientes da classe trabalhadora, aos quais as equipes educativas pretendem abrir novos horizontes. Ao permitirem a descoberta de uma sociedade estrangeira ou, pelo menos, de territórios mais distantes do que é possível num passeio de um dia, uma viagem escolar representa, de acordo com os professores, uma oportunidade para mudar de cenário. No entanto, são precisamente as viagens que geram mais resistência por parte das famílias. Conforme mencionado acima, as razões dadas pelos pais são em parte morais, especialmente no caso de meninas, e em parte porque antecipam dificuldades no cumprimento de requisitos alimentares ou religiosos durante a viagem. Uma conselheira de educação relata as suas tentativas falhadas de negociar com um pai descrito como "salafista":

Temos uma turma do sexto ano¹⁹ que vai visitar Paris durante dois dias. E temos um pai que se recusa a deixar a sua filha ir porque ela não poderá rezar. [...] Tivemos a infelicidade de dizer: "não se preocupe, ela pode se isolar e encontraremos sempre uma maneira para que ela possa rezar". Então ele encontrou outro problema! "Sim, mas eu não estou lá para confirmar". De fato, ele não quer que ela viaje nem que passe os dias com rapazes, apesar de termos explicado que os dormitórios eram separados. (CLG-13-GA-LA-CPE).

Embora o objetivo dos docentes do ensino fundamental II continue a ser o de conseguir que todos os alunos participem, isto é menos claro ao nível do ensino médio (todos os tipos). Isso pode ser explicado por razões orçamentais: o número de vagas disponíveis é frequentemente limitado, o que exige uma seleção de alunos merecedores (mérito definido também com base no comportamento e na sua motivação).

No entanto, mais uma vez, a recusa da família em aceitar os desejos do aluno é um desafio:

"A mãe e o irmão mais velho eram contra", relata uma conselheira de educação sobre uma boa aluna do primeiro ano, "livre" e "dinâmica". "Foi um fracasso para mim. Magoou-me muito, porque aquela menina queria tanto participar da viagem! Participar mesmo! Fiquei em lágrimas! Supliquei à mãe e ao irmão, contatei-os até nas vésperas da partida, mas nada feito (LPO-93-PB-PI-CPE-1).

Tipicamente, a recusa categórica das famílias baseia-se em considerações morais, uma vez que deixar as meninas viajar para longe de casa durante vários dias é considerado contrário aos bons costumes.

Embora este último obstáculo seja várias vezes repetido nas entrevistas, outras situações menos sexistas colocam à prova as ambições emancipatórias

¹⁹ Corresponde ao 5º ano do Ensino Fundamental II.

dos professores: no ensino preparatório, o tema dos "bons alunos desperdiçados" é também indicado pelos entrevistados quando a recusa em participar dos estudos do meio não vem dos pais, mas sim dos próprios alunos, meninas ou meninos que "se proíbem de utilizar o elevador social" porque colocam "a lei de Deus acima da legislação da República" (CGL-13-GA-TA-CPE REP+). Numa escola classificada como REP +, um professor de história e geografia e dois CPE relatam as suas dificuldades em convencer os alunos merecedores a participar na atividade *Tour de France républicain*²⁰. Um dos CPE conta:

Quando reuni os estudantes, disse-lhes que os tinha selecionado para isto, visitar o Senado, a Assembleia Nacional, o Parlamento de Estrasburgo, os museus nacionais em Paris. Vão ser recebidos no dia 14 de julho pelo Presidente da República. Um evento grande. "Não é possível, professor, é o Ramadam." O Ramadam era no início de julho. (CLG-13-GA-TA-CPE).

Os alunos não se deixaram convencer pelos argumentos do CPE, que lhes explicou que "era uma oportunidade única" e que se verá forçado a escolher outros jovens. A competição entre os valores e promessas da escola e o compromisso religioso dos alunos surge aqui sob uma luz menos conflituosa do que as contestações sobre os conteúdos de ensino, contudo, não é menos dolorosa para os profissionais, que têm dificuldade em aceitar que os alunos renunciem voluntariamente ao que o imaginário republicano os leva a considerar como uma oportunidade excepcional: "Para nós, são verdadeiras derrotas. Sentimos sempre que perdemos terreno em relação à religião, como se a religião tivesse mais peso do que aquilo que temos para oferecer" (CLG-13-GA-TA-CPE-2).

Esta decepção por parte dos educadores republicanos é, em simultâneo, indicativa da impossibilidade de reduzir a sua postura laica a uma postura de neutralidade religiosa, e revela um ideal emancipatório indissociável da sua profissão e das missões da instituição escolar.

4. 3 O objetivo emancipatório dos passeios escolares: um desafio mais significativo nas escolas de ensino fundamental II do que nas escolas de ensino médio

Para além da preocupação de preservar o quadro da laicidade escolar, os profissionais demonstram ser sensíveis quanto às possibilidades que os alunos se proíbem de explorar devido a uma abordagem da religião considerada rígida. A capacidade de fazer acordos, ou até mesmo de adotar um comportamento de camaleão que se mistura com o meio envolvente, representa neste âmbito um recurso que permitiria aos estudantes maximizar as possibilidades, adaptar-se ao mercado de trabalho e até mesmo proteger-se contra a discriminação. Sem ser antirreligioso, o horizonte emancipatório destes

²⁰ Viagem de descoberta das instituições francesas e europeias organizada pela prefeitura de Bouches du Rhône e pela Fédération des Amis de l'Instruction Laïque, que decorre durante o verão.

profissionais tende a priorizar uma prática moderada e conformista da religião. Embora esta valorização da flexibilidade ao nível da prática e da expressão da fé possa por vezes ser acompanhada por um desejo de tornar a religião invisível no espaço público em nome de um ideal de cidadania desligada dos particularismos, a aptidão para a discricção também pode ser entendida pelos docentes como um meio de aproveitar as oportunidades numa perspectiva mais liberal.

Apesar de os professores relatarem casos de alunos brilhantes que estão dispostos a viver a sua fé sem comprometer a secularização da sociedade, por vezes, também relacionam as situações mais tensas associadas à religião com a dificuldade escolar dos alunos, aliando o sucesso escolar com a capacidade de ser flexível na prática religiosa. No que diz respeito à renúncia de usar o véu nos passeios, um professor de educação física constatou:

é verdade que há meninas para quem é muito fácil, embora de forma codificada ou normalizada em termos de funcionamento [...] a maior parte das vezes, quanto mais as alunas eram bem-sucedidas na escola, muito boas alunas, muito cultas, mais fácil era ter esta plasticidade, e quando são as meninas que têm mais dificuldades, torna-se um pouco mais complicado (LG-69-GA-FA-EPS).

Como vimos, a valorização da capacidade de chegar a um acordo está também no centro dos ajustes que os professores do ensino médio podem permitir no âmbito da expressão religiosa no contexto dos estudos do meio. Uma professora de história e geografia relata como procedeu com uma aluna do sexto ano que pretendia manter o seu véu durante um passeio: "despendi de algum tempo para lhe explicar e não a forcei a remover o véu. Ela o fez sozinha, mas não de imediato". Confiando na inteligência da manina, a professora permitiu-lhe definir o momento certo para remover o seu véu, algo que ela fez após o almoço, indo ao banheiro para o "remover corretamente e arrumar o cabelo" (CLG-13-GA-TA-HG (REP+)). Por outro lado, para muitos profissionais que aderem a uma abordagem liberal e benevolente da laicidade, entendida como sendo um instrumento ao serviço dos direitos e dos interesses dos alunos, a escola não deve demonstrar uma rigidez que os condena, uma vez que a flexibilidade deve ser de certa forma recíproca.

Apesar deste ideal liberal, que parece bastante partilhado a julgar pelos relatos que recolhemos, os professores do ensino médio parecem estar menos inclinados do que os seus homólogos do ensino fundamental II no que concerne o abandono escolar como uma questão importante na emancipação dos alunos: enquadram-se mais frequentemente numa estratégia de proposta do que numa estratégia de engajamento.

Uma professora de literatura explica que prefere saídas escolares organizadas na base de voluntariado:

diversos alunos disseram: professora, queremos ir à ópera", por isso, fizemos um pequeno passeio à ópera apenas com voluntários e eles adoraram. (...) fiz o mínimo indispensável, coloquei uma nota na agenda de quem queria ir. Nem sequer informei, aqueles que não queriam anotar, não anotaram e

pronto. Reservei bilhetes para a ópera. Foi algo muito informal para nós. Fiz realmente o mínimo porque organizar passeios para uma turma completa requer muita energia e é muito decepcionante, porque há sempre alguém que vai fazer com que as coisas corram mal ou reclamar (LGT-69-PB-MA-FR).

Esta postura de oferta (que, neste caso, assume a forma de uma resposta à vontade de determinados alunos) é em grande parte possibilitada pela idade dos alunos, aos quais os professores reconhecem mais facilmente uma verdadeira liberdade de escolha, considerando a devoção extrema como um momento transitório da sua existência, que será ultrapassado ao atingirem a maturidade. Esta lógica de oferta leva os alunos à frequentemente recusar aquilo que encaram como uma forma de obstinação e à docente deve fazer os alunos mudarem de ideias quando decidem não participar num passeio por razões religiosas porque "quando os alunos se sentem antagonizados, não vale a pena piorar a situação" (LGT-69-PB-MA-FR). Considerando esta não participação como uma decisão da responsabilidade do aluno, uma professora de educação física considera que a aluna que tinha participado na excursão usando um *jilbab* durante o Ramadam poderia ter sido aconselhada a não vir nesse dia: "há muitos que não veem, muitos mesmo!", para concluir: "respeito a religião de cada um, mas a certo ponto temos que agir. Já não estão no ensino fundamental. Estão no ensino médio" (GT-13-GA-ES-EPS-1).

Embora as equipas educativas entrevistadas se demonstraram convencidas da importância da escola no desenvolvimento da autonomia dos alunos e foram críticas quanto ao rigor religioso, os estudos do meio cristalizam o projeto emancipatório republicano de forma mais intensa nas escolas de ensino fundamental II do que nas escolas de ensino médio que, nas suas formas clássica ou crítica, implica uma especial vigilância em relação aos efeitos da dominação produzidos pela interiorização das normas sociais (LABORDE, 2010, p. 48). Embora os professores do ensino médio parecem aceitar melhor a recusa de participação por parte de um aluno, eles partilham o desconforto dos professores do ensino fundamental II quando é a família que se opõe à vontade de um aluno em participar.

5. Conclusão

Os estudos do meio surgem como um recurso, um "elemento de união" entre a aprendizagem escolar e a vida. Para os professores, eles representam uma oportunidade para abrir novos horizontes aos alunos (para os "permitir de sair do bairro", como dizem os profissionais das escolas classificadas como redes de ensino prioritárias), para lhes oferecer possibilidade de emancipação pessoal, mas também para dar força ao sentido de grupo através de fortes experiências compartilhadas. A gestão da religião neste contexto cristaliza assim uma pluralidade de exigências que podem criar tensões e que os profissionais devem arbitrar entre: neutralidade do Estado, preocupação pelo interesse geral, preservação das relações escola-família, luta contra o fracasso escolar, respeito pelo pluralismo, proibição do proselitismo, consideração da diversidade, necessidade de criar algo que seja comum (LANTHEAUME, 2014).

Do fato de colocarem os alunos sob a responsabilidade dos professores em momentos e lugares que normalmente fazem parte da sua vida

extracurricular, os estudos do meio confrontam as equipes educativas de forma muito mais frontal, o que não é o caso no dia-a-dia da vida escolar, com a questão da articulação das liberdades religiosas e da laicidade: até que ponto devem os professores, agentes do Estado, ser responsáveis por garantir que os alunos possam praticar a sua religião neste contexto? Satisfazer as exigências das famílias não significa assumir missões que as levam para fora da sua área de competência ou a colocar em risco o bem comum? E, pelo contrário, ao ignorar estas exigências, não correm o risco de perder a confiança das famílias? O que deve ser feito em relação ao desconforto das jovens muçulmanas que, em princípio, no contexto da laicidade, estão proibidas de manterem os véus quando os seus professores levam a turma numa visita fora da escola? Podemos ficar satisfeitos com a não participação dos alunos por não poderem usar os seus símbolos religiosos? E, ao mesmo tempo, autorizar exceções à regra não coloca em risco a própria regra, que corre o risco de ser esmagada por exigências ou expressões religiosas invasivas?

Face a uma multiplicidade de objetivos que nem sempre são congruentes, uma finalidade parece particularmente importante para os profissionais inquiridos (embora menos sistematicamente no ensino médio do que no ensino fundamental II): conseguir que o maior número possível de alunos participe às atividades, o que justifica, para além de um gasto por vezes considerável de energia, acomodações discretas, até mesmo clandestinas, no contexto da laicidade escolar. Contudo, estas acomodações não podem ser vistas como um desarmamento da escola da República face às exigências religiosas, pois são mais frequentemente vistas por aqueles que as implementam como uma forma mais frutuosa de fazer viver a laicidade. A este respeito, a flexibilidade das equipes educativas está associada a uma certa expectativa por parte dos alunos, que são, em troca, solicitados a entrar no jogo e a comprometerem-se numa dinâmica de aprendizagem e abertura cultural. Identificamos, deste modo, a dificuldade para os professores de reduzirem a laicidade com o único princípio de neutralidade religiosa, uma vez que parece estar tão entrelaçado com as ambições que atribuem à escola.

Referências

BARDIN, Laurence. **L'analyse de contenu**, Paris, PUF, 2001.

BATAGLIA, Mattéa et COLLAS, Aurélie. L'éducation nationale revendique la fermeté en matière de laïcité. **Le Monde**, 2016. Disponível em: http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/02/09/l-education-revendique-la-fermete-sur-les-valeurs-de-la-republique_4862001_1653130.html#2HB2t7ilVuqeJeMs.99
Acesso em: 02 dez. 2022.

BERGEAUD-BLACKER, Florence. L'école au défi de l'espace alimentaire halal. **Histoire, monde et cultures religieuses**, 32 (4), p. 103-118, 2014.

BERGEAUD-BLACKER, Florence. **Le marché halal ou l'invention d'une tradition**. Paris: Seuil, 2017.

BIDAR, Abdenour. **Pour une pédagogie de la laïcité à l'école**. Paris: La documentation française, 2012.

Boltanski, Luc; Thévenot, Laurent (1991). **De la justification.** Les économies de la grandeur. Paris : Gallimard, 1991.

BOZEC, Géraldine. Une laïcité qui cherche sa voie. L'après-Charlie dans un lycée "mobilisé" de quartier populaire. **Diversité**, n°182, p.34-41, 4^e trimestre 2015.

COULON, Alain. **Éthnométhodologie et éducation.** Paris: PUF, 1993.

FARHAT, Benjamin. **Les dimensions ethnoreligieuses de l'expérience scolaire: la négociation locale de l'ordre laïque dans les établissements de l'enseignement scolaire.** Thèse de doctorat, Université de Paris VIII, 2016.

FORAY, Philippe. Où sommes-nous lorsque nous sommes à l'école ? Kolly, Bérengère et Kerlan, Alain. (dir), *Frontières de l'école, frontières dans l'école : enjeux politiques, défis éthiques*, **Recherches en éducation**, n°36, p.7-15, 2019.

FRANCE, MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE. **La laïcité à l'école. Vadémécum.** 2018.

GAUDIN, Philippe. **Tempête sur la laïcité. Comment réconcilier la France avec elle-même ?** Paris : Robert Lafont, 2018.

GAUTHERIN, Jacqueline. Quand la frontière est bien tracée.... **Education et sociétés**, n°16(2), p.137-154, 2005.

HENNETTE VAUCHEZ, Stéphanie. Les nouvelles frontières de la laïcité. La conquête de l'Ouest. **Revue du droit des religions**, n°4, p.19-32, 2017.

HUGHES, Everett. **Le Regard Sociologique.** Paris : Éditions de l'EHESS, 1996.

LABORDE, Cécile. **Français, encore un effort pour être républicains!** Paris: Seuil, 2010.

LANGAR, Samia. L'islam dans l'école une frontière invisible ? In : Kolly, Bérengère et Kerlan, Alain. *Frontières de l'école, frontières dans l'école : enjeux politiques, défis éthiques*, **Recherches en éducation**, n°36, p.49-62, 2019.

LANTHEAUME, Françoise. Les religions à l'école: pureté de principes, hybridation des pratiques. **Histoire, monde et cultures religieuses**, n°32(4), p.7-12, 2014.

MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE ET DE LA JEUNESSE (MENJ), **Prévenir la radicalisation des jeunes**, 2018.

PAPI, Stéphane. Islam, laïcité et commensalité dans les cantines scolaires publiques. **Hommes et migrations**, n°1296, p.126-135, 2012.

PONTANIER, Émilie & HUSSER, Anne-Claire. Religions et sorties scolaires au collège : la laïcité scolaire au prisme des aménagements ordinaires. in : « Le religieux socialement acceptable à l'école : les cas de la Suisse, du Québec et de la France », **Studies in religion/Sciences religieuses** , n°48(4), p.571-592, 2019.

TORREKENS, Corinne. L'introduction du halal dans les écoles communales: entre visibilité de l'islam, reconnaissance et « neutralité » de l'espace public. In : GRANJEAN, G. et PIET, G., **Polémiques à l'école. Perspectives internationales sur le lien social.** Paris : Armand Colin, p.89-103, 2012.

VALENTE, Gabriela. La religiosité enseignante et les pratiques d'évaluation à l'école primaire au Brésil. Évaluer. **Journal international de recherche en éducation et formation**, 4 (3), p.5-19, 2018.

HUSSER, A.C.; PONTANIER, É. *A laicidade escolar para além dos muros: abordagem comparativa da prática profissional na escola secundária*.

Dossiê Religião, discriminação e racismo no espaço escolar

VIVARELLI, Clémentine. **La Laïcité à l'école: une croyance normative entre éthique de responsabilité et éthique de conviction**. Thèse de doctorat, Université de Strasbourg, 2014 (a).

VIVARELLI, Clémentine. Quand les responsables se soucient des conséquences: l'application pragmatique de la laïcité à l'école. **Migrations Société**, n°155(5), p.181-192, 2014 (b).

WEBER, Max. **Le savant et le politique**. Paris: Plon, 1959.

Contribuição dos autores

Autora 1: Contribuição substancial para a concepção e análise, interpretação dos dados e revisão final do manuscrito.

Autora 2: Contribuição substancial para a concepção e análise, interpretação dos dados e revisão final do manuscrito.

Enviado em: 15/maio/2021 | Aprovado em: 15/novembro/2021